

IDAPAR  
Organizador

MARIA CRISTINA CESAR DE OLIVEIRA  
OCTAVIO CASCAES DOURADO JUNIOR  
MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES  
Coordenadores

*Prefácio*  
André Saddy

# SUSTENTABILIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Belo Horizonte

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

2025

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Museetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

## FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo / Thaynara Faleiro Malta  
Revisão: Bárbara Ferreira  
Projeto gráfico: Walter Santos  
Capa e Diagramação: Formato Editoração

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S964	Sustentabilidade no direito administrativo / IDAPAR - Instituto de Direito Administrativo do Pará (org.). Maria Cristina Cesar de Oliveira, Octavio Cascaes Dourado Junior, Marcio Augusto Moura de Moraes (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025. 345p. 14,5x21,5cm  ISBN impresso 978-65-5518-953-7 ISBN digital 978-65-5518-950-6  1. Sustentabilidade. 2. Direito administrativo. 3. Governança. 4. Administração Pública. 5. Políticas públicas. 6. Urbanismo. I. IDAPAR. II. Oliveira, Maria Cristina Cesar de. III. Dourado Junior, Octavio Cascaes. IV. Moraes, Marcio Augusto Moura de. V. Título.  CDD: 342 CDU: 342
------	--

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

IDAPAR - Instituto de Direito Administrativo do Pará (org.); OLIVEIRA, Maria Cristina Cesar de; DOURADO JUNIOR, Octavio Cascaes; MORAES, Marcio Augusto Moura de. (coord.). *Sustentabilidade no direito administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 345p. ISBN 978-65-5518-953-7.

PREFÁCIO

<b>André Saddy</b> .....	13
--------------------------	----

SUSTENTABILIDADE E DIREITO ADMINISTRATIVO

<b>Maria Cristina Cesar de Oliveira</b> .....	17
1 Os riscos da modernidade avançada .....	17
2 Sustentabilidade e desenvolvimento .....	18
3 O Direito no marco da sustentabilidade .....	22
3.1 Sustentabilidade e boa governança.....	23
3.2 Princípios jurídicos e governança pública sustentável .....	24
4 À guisa de conclusão.....	27
Referências .....	28

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS, NO ESTADO DO PARÁ

<b>Octavio Cascaes Dourado Junior, Miguel Monteiro Ribeiro, Stefany Monteiro Lucena</b> .....	31
1 Introdução.....	31
2 Regra geral na gestão dos recursos hídricos.....	33
2.1 Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará – PERH .....	33
2.2 Outorga de direito de uso dos recursos hídricos como instrumento de gestão.....	34
3 A realidade dos processos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos.....	35
3.1 Quantitativo de deferimento e indeferimento dos processos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos entre 2016 e 2021 .....	35
3.2 Causas dos indeferimentos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos .....	38
3.3 Tempo médio para a conclusão dos processos administrativos de outorga de direito de uso de recursos hídricos, no Estado do Pará.....	40
4 Conclusão.....	42
Referências .....	43

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE DE TRABALHO SUSTENTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO

<b>Marcio Augusto Moura de Moraes, Fábio Bandeira de Mello</b> .....	45
Introdução.....	45
1 Interseção entre Direito do Trabalho e Direito Ambiental .....	46
2 Conceito e objeto do meio ambiente do trabalho.....	48
3 Emergência da discussão acerca do meio ambiente de trabalho no serviço público e a influência da pós modernidade.....	49
4 Atos normativos que sustentam o direito ao meio ambiente do trabalho saudável.....	52
4.1 Convenções internacionais.....	52
4.2 Constituição Federal de 1988 .....	56
4.3 Atos normativos infraconstitucionais .....	57
5 Normas regulamentares do Ministério do Trabalho e sua (in) aplicabilidade aos agentes públicos.....	59
6 Direito ao meio ambiente de trabalho sustentável no serviço público.....	62
6.1 Dados do painel estatístico de pessoal do Ministério do Planejamento .....	64

6.2	Relatório da Organização Mundial da Saúde.....	66
6.3	A incidência da sustentabilidade de modo pluridimensional ....	66
	Conclusões .....	68
	Referências .....	69

## CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SUSTENTABILIDADE

<b>Cesar Pereira</b> .....		73
	Introdução.....	73
1	Sustentabilidade nos contratos regidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos .....	74
1.1	“Desenvolvimento nacional” e a dimensão constitucional das contratações públicas sustentáveis.....	74
1.2	Contratações públicas sustentáveis na Lei nº 8.666 .....	76
1.3	Contratações públicas sustentáveis a partir da Lei nº 14.133 .....	78
2	Sustentabilidade nos contratos administrativos internacionais .	80
2.1	Esforços internacionais para a promoção das contratações públicas sustentáveis.....	80
2.2	Sustentabilidade no GPA/WTO e a potencial acessão do Brasil.	81
2.3	Contratos administrativos de compra internacional de mercadorias .....	84
2.3.1	Aplicação da CISG aos contratos administrativos de compra internacional de mercadorias.....	84
2.3.2	Sustentabilidade nos contratos regidos pela CISG .....	85
3	Conclusão.....	87
	Referências .....	88

## GOVERNANÇA: INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO AO BEM-ESTAR SOCIAL E DE CONSECUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

<b>Renata Fabris Pinto Gurjão, Eurico Soares Montenegro Neto</b> .....		91
1	Introdução.....	91
2	Quando as instituições falham, o que pode ser feito? .....	93
3	As boas práticas de governança corporativa como instrumento de gerenciamento das instituições políticas.....	95
4	Índices verificadores de implementação da governança apontam para o desenvolvimento sustentável: uma análise da perspectiva da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON).....	100
5	Considerações finais.....	107
	Referências .....	108

## A GOVERNANÇA COMO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

<b>Ariane Brito Cal Athias</b> .....		113
	Introdução.....	113
1	A importância da governança e os critérios ESG para a sustentabilidade ambiental .....	114
2	Políticas públicas de boa governança para a promoção do desenvolvimento sustentável.....	118
3	Adoção de práticas inovadoras de gestão e governança sustentáveis.....	121
4	Agenda 21 Brasileira e o processo de governança e planejamento para o desenvolvimento sustentável .....	124
	Conclusões .....	128
	Referências .....	129

## CARTAS DA CIDADE: UMA ANÁLISE DO NEOLIBERALISMO NA COP 30

<b>Fernando Lourenço Matos Lima, Daniella Maria dos Santos Dias</b> .....		131
	Introdução.....	131
	A sombra do neoliberalismo .....	132
	As cartas revelam: análise das contas públicas .....	133

Desvendando o futuro: neoliberalismo e a preparação de Belém para a COP 30.....	137
Considerações finais.....	140
Referências .....	141

O DIÁLOGO INTERSETORIAL PARA A CONCRETIZAÇÃO DO SOCIALMENTE JUSTO: UMA VISÃO DE COMPETÊNCIAS E DE PODERES COMPARTILHADA ENTRE ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE CIVIL NO PROGRAMA ESCREVENDO E REESCREVENDO A NOSSA HISTÓRIA (PERNOH)

<b>Sandoval Alves da Silva, Pedro Simões da Silva</b> .....	145
1 Introdução.....	145
2 O Estado e a cooperação na divisão das funções estatais.....	148
3 As teorias do diálogo aplicadas à cooperação intersetorial.....	150
4 O diálogo intersetorial para concretizar o socialmente justo: Programa Escrevendo e Reescrevendo Nossa História (Pernoh).....	153
5 Conclusão.....	156
Referências .....	157

A INSTITUIÇÃO DE UM REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E O DESAFIO PARA UMA PREVIDÊNCIA SOCIAL SUSTENTÁVEL

<b>Sérgio Oliva Reis</b> .....	159
1 Apresentação da questão.....	159
2 Do modelo previdenciário brasileiro.....	160
3 Do histórico do tratamento dos regimes fechados de previdência complementar destinados aos servidores públicos no Direito brasileiro.....	161
4 Da evolução dos déficits atuarial e previdenciário dos regimes próprios no Brasil .....	164
5 Das alterações decorrentes da implementação de um regime de previdência complementar pelos entes federados .....	167
6 Considerações finais.....	169
Referências .....	169

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO DEVER CONSTITUCIONAL: ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICOS

<b>Ana Maria Barata, João Rogério Rodrigues</b> .....	173
Introdução.....	173
1 O contexto da educação ambiental no âmbito rural.....	174
2 Normativo constitucional e legal da educação ambiental.....	177
3 Proposição do ensino prático na educação ambiental .....	180
Conclusões.....	184
Referências .....	185

O PAPEL DA ADVOCACIA PÚBLICA CONSULTIVA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

<b>Mônica Martins Toscano Simões</b> .....	187
1 Palavras introdutórias.....	187
2 A advocacia pública consultiva e a formulação das políticas públicas .....	188
2.1 A escolha da política pública .....	188
2.2 A modelagem da política pública .....	190
3 A judicialização das políticas públicas.....	195
4 Conclusão.....	197
Referências .....	197

ÚTEIS, CONTÍNUOS OU CORRIDOS: SEGURANÇA JURÍDICA  
NA FORMA DE CONTAGEM DE PRAZOS ADMINISTRATIVOS  
NO ESTADO DO PARÁ E SUA INFLUÊNCIA PARA A JUSTIÇA  
E FORMAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FORTES (META 16 – ODS)

<b>João Paulo Mendes Neto, Carlos Alberto Schenato Junior</b> .....	199
1 Introdução.....	199
2 Federalismo, legalidade e o princípio da segurança jurídica para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 da ONU.....	202
3 Prazos administrativos no Estado do Pará e a Lei Geral de Processos Administrativos – LEPA.....	205
4 Conclusão.....	211
Referências.....	212

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE  
CIVIL ESTATAL POR INJUSTIÇA AMBIENTAL

<b>Elody Boulhosa Nassar</b> .....	215
1 Introdução.....	215
2 Sustentabilidade como valor supremo na CF de 1988.....	217
3 Responsabilidade civil extracontratual do estado em sede ambiental e a jurisprudência do STJ.....	220
4 Conclusões.....	227
Referências.....	228

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL  
SUSTENTÁVEL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

<b>Amanda Guioamarino, Priscilla Vieira</b> .....	231
1 Introdução.....	231
2 O desenvolvimento nacional sustentável e o tão falado ASG (ESG).....	232
3 A Lei nº 14.133/2021 e sua relação com o desenvolvimento nacional sustentável.....	234
4 Compras sustentáveis e perspectivas para o futuro.....	238
5 Conclusão.....	241
Referências.....	242

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: APLICAÇÃO DA NOVA  
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

<b>Milene Dias da Cunha, Meriam Paes</b> .....	245
1 Introdução.....	245
2 A Lei nº 14.133/2021 e as compras públicas sustentáveis.....	247
3 Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos na gestão pública brasileira.....	250
4 Boas práticas.....	255
5 Levantamento sobre a aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos nos municípios brasileiros.....	256
6 Pontos positivos.....	265
7 Considerações finais.....	267
Referências.....	268

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS SOB A ÓTICA DA LEI  
FEDERAL Nº 14.133/2021: EXPECTATIVA OU POSSIBILIDADE REAL?

<b>Anete Marques Penna de Carvalho, Tátilla Brito Pamplona</b> .....	271
1 Introdução.....	271
2 Evolução legislativa das compras públicas no Brasil.....	272
3 Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e a Lei nº 14.133/2021.....	274
4 Critérios de sustentabilidade na Lei nº 14.133/21.....	275
5 Desafios para aplicabilidade da Lei nº 14.133/21?.....	279
6 Conclusão.....	281
Referências.....	282

SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA NO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA URBANA NA AMAZÔNIA LEGAL

<b>Jane Vieira Alcântara Neves, Monique Soares Leite</b> .....	285
1     Introdução.....	285
2     Sustentabilidade, governança pública fundiária e processo administrativo de regularização fundiária urbana na Amazônia legal .....	287
3     Considerações finais.....	294
Referências .....	295

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)  
E OS SEUS REFLEXOS NAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES  
PARA A ATUAÇÃO ADVOCATÍCIA EM DIREITO ADMINISTRATIVO

<b>Victor Russo Fróes Rodrigues</b> .....	297
1     Introdução.....	297
2     Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o controle das atividades das instituições e dos agentes públicos	298
3     Reflexo dos ODS na atuação advocatícia em Direito Administrativo.....	300
4     Conclusão.....	304
Referências .....	304

PROCESSO ESTRUTURAL E SUSTENTABILIDADE NO  
DIREITO ADMINISTRATIVO: UM CAMINHO PARA A  
EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

<b>Adilson Carvalho Pantoja</b> .....	307
1     Introdução.....	307
2     O desenvolvimento sustentável e as contratações públicas: Agenda 2030 da ONU, ODS 12.7 e gestão pública sustentável ..	309
3     Processo estrutural e o controle judicial de políticas públicas....	312
4     Processo estrutural como mecanismo de reestruturação de órgãos administrativos em falhas de gestão ambiental: o caso da ADPF nº 760 e a Pauta Verde .....	316
5     Considerações finais.....	320
Referências .....	321

O COMBATE À GRILAGEM PELOS CARTÓRIOS DE  
REGISTRO DE IMÓVEIS: UMA ANÁLISE ACERCA DA  
JURIDICIDADE DOS PROVIMENTOS VOLTADOS AO  
COMBATE À GRILAGEM EDITADOS PELA CORREGEDORIA  
DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

<b>Antonio Carlos Apolinário de Souza Cardoso</b> .....	325
Introdução.....	325
1     O caos fundiário e o combate à grilagem pela Corregedoria de Justiça .....	326
2     A fiscalização e regulação da atividade registral pelo Poder Judiciário e a juridicidade dos provimentos voltados ao combate à grilagem .....	328
Conclusão.....	336
Referências .....	337

<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	341
-------------------------------	-----